



Planejamento territorial participativo no contexto do *Ciberespaço*: perspectivasteóricas para práticas futuras

Territorial planning in the context of Cyberspace: theoretical
perspectives for future practices

Rubens Staloch¹, UDESC, rubens.staloch@udesc.br.

Isa de Oliveira Rocha², UDESC, isa.rocha@udesc.br.

Pedro Martins³, UDESC, weltermartins@yahoo.com.br.

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC,

² Professora Associada do Programa de Pós- Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da UDESC

³ Professor no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da UDESC.

RESUMO

As tecnologias da informação e da comunicação (TICs) proporcionam um rico debate sobre as novas formas de organização social e do desenvolvimento de novas territorialidades, no *ciberespaço*. A partir de tal premissa, este texto apresenta reflexões sobre a proposição de inserção das TICs, como por exemplo, via aplicativos, na execução do planejamento territorial participativo. Postula-se que o território é o resultado da impressão das relações sociais no espaço, ou seja, das territorialidades existentes, as quais podem hoje ser mediadas no *ciberespaço*. O percurso teórico-metodológico culmina com a proposição de que o *ciberespaço* pode ser explorado na via de contribuir ao planejamento e desenvolvimento regional e urbano. A proposta não esgota o diálogo sobre o tema, muito pelo contrário, o objetivo é abrir horizontes para discussões que facilitem o entendimento sobre o alcance das dinâmicas sociais recentes, desenhadas no âmbito do *ciberespaço* e aplicadas ao planejamento e desenvolvimento territorial, sobretudo, participativo.

Palavras Chave: Planejamento Territorial; *Ciberespaço*; Participação.

ABSTRACT

Information and Communication Technologies (ICTs) provide a rich debate on new forms of social organization and the development of new territoriality, that is in cyberspace. From this premise, this paper presents reflections on the inclusion proposition of ICTs, such as the applications in the implementation of participatory territorial planning. It is postulated that the territory is the print result of social relations in space, ie, the existing territoriality, which today can be mediated in cyberspace. The theoretical-methodological course culminates with the proposition that this cyberspace can be explored on the way to contribute to regional and urban development. The proposal does not exhaust the dialogue on the subject, on the contrary, the goal is to open horizons for discussions, to facilitate understanding of the scope of the recent social dynamics, designed in the cyberspace and applied to planning and territorial development, especially participatory.

Keywords: Territorial Planning; *Cyberspace*; Participation.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem enfoque na discussão da utilização das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), amparada no contexto da organização em rede no *Ciberespaço*, como uma ferramenta à execução do planejamento territorial participativo⁴. Parte-se do pressuposto que as TICs, como importante inovação tecnológica da presente fase do capitalismo mundial, também conhecida como 4º Ciclo Longo de Kondratieff (RANGEL, 2005) ou Período Técnico-Científico e Informacional (SANTOS, 1994), imprimem novas transformações espaço-temporais. Santos (1994, p. 139) lembra também, que este estágio “se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que se chamará de *meio técnico-científico*, isto é, o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência e de técnicas”.

Ainda na relação entre inovações técnicas e espaço, Mamigonian (1999, p. 155) expõe que a “organização do espaço sob o capitalismo dependeu e depende das revoluções industriais, das revoluções nos transportes [...], mas também das reestruturações econômicas espaciais que ocorrem nos períodos depressivos”.

Posto isto, e para subsidiar o debate, o texto a seguir resultou de reflexões e discussões embasadas em revisão bibliográfica e também em uma pesquisa bibliométrica⁵, utilizando-se como palavra-chave “territorial planning” para o termo de busca. Este texto está dividido em quatro seções: i) Introdução; ii) O *Ciberespaço* na Constituição de Territorialidades e Territórios; iii) Perspectiva de Planejamento Territorial Participativo no contexto do *Ciberespaço*; e iv) Notas finais.

O CIBERESPAÇO NA CONSTITUIÇÃO DE TERRITORIALIDADES E TERRITÓRIOS

Pensar em território requer também entender o espaço. Ambos não são termos equivalentes e nem sinônimos (RAFFESTIN, 2008, p. 26) e é fundamental “entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível”. Lefebvre (1992, p. 26) compreende que as relações sociais não podem ser resumidas ao espaço físico. É o espaço da vida social onde ocorrem as relações. Dessa forma, a base do território é a segunda natureza ou o espaço, o qual o homem transforma a partir do seu trabalho, sua intervenção, ou seja: modo de produção, formação social e o espaço, são interdependentes (SANTOS, 1977 e 1978).

O espaço, conforme Santos “não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas [...] O espaço deve ser considerado como um

⁴ Esta discussão é parte integrante da tese de doutoramento de Rubens Staloch no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental na linha de pesquisa de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Econômico e Espacial, na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

⁵ Com base em uma pesquisa bibliométrica na base de dados *Scopus* e utilizando-se como filtro de busca a palavra-chave “territorial planning”, foram encontrados para o período de 1990 a 2015, 572 artigos para escala global (na área das Ciências Sociais e Humanitárias). Destes 572 artigos publicados, 26 deles foram publicados no Brasil. Para estes publicados no Brasil, 3 deles abordam o planejamento territorial na perspectiva de planejamento territorial participativo, porém, em nenhum deles com o enfoque na participação via *Ciberespaço*.

conjunto indissociável de que participam [...] objetos geográficos [...] [e] a sociedade em movimento” (1988, p. 26).

Para Raffestin (1993, p. 143), o sujeito “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] territorializa o espaço”, ou seja, o território é modificado pelo trabalho e pelas relações de poder presentes no cotidiano. Os indivíduos vivem cotidianamente relações sociais, criam relações de poder que se revelam na construção de malhas, nós, redes que, por sua vez, constituem o território, manifestado em diferentes escalas espaço-temporais e sociais, modificando-se no transcorrer do tempo.

Haesbaert (2007) apresenta pelo menos três enfoques para o conceito de território: a) materialista: onde o território é recurso natural, distância física ou no limite um abrigo; b) idealista: associando território e cultura, uma visão mais simbólica dos poderes invisíveis; c) e um enfoque integrador entre as diferentes dimensões sociais: naturalista e biológica, relações de poder (Estado-Nação Moderno) e econômica.

Haesbaert (2006) ainda enfatiza a existência de uma multiterritorialidade, não-hierárquica e em constante processo de transformação. O território em qualquer compreensão tem a ver com poder, mas não apenas “poder político” tradicional. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico de apropriação.

Para Saquet (2007) é preciso considerar para o processo de territorialização os quesitos: economia, política, cultura e natureza, considerando, ainda suas relações. O autor aborda a questão de um novo arranjo territorial, com autogestão e autonomia para os sujeitos, sendo fundamental compreender e redimensionar as relações de poder que estão no cotidiano de todos.

A territorialidade e território não são sinônimos mas, sim, complementares. As territorialidades são definidas, assim como o território, histórico-temporalmente. Territorialidade está diretamente relacionada às interações sociais dos sujeitos, sejam elas por objetivos políticos, econômicos ou outros. Simultaneamente são o resultado, as condicionantes e dão as características da territorialização e do território. Assim, Saquet (2007, p. 127) afirma que “os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, pelas territorialidades cotidianas”.

De acordo com Sack (2011), as territorialidades são constituídas a partir das ações humanas, da tentativa de um indivíduo ou grupo de controlar/influenciar os demais numa área [território] delimitada. Para o autor, as territorialidades são escalares pois podem ocorrer na perspectiva do indivíduo, do lar, do trabalho, alterando de acordo com as relações sociais constituídas.

Como se percebe, a construção dos territórios perpassa diversas questões, de diferentes áreas. Além dos aspectos políticos, Santos (2002) também salienta a importância dos aspectos sociais, econômicos e culturais entrelaçados em virtude do movimento da sociedade [territorialidades] no decorrer dos diversos momentos históricos e do desenvolvimento das técnicas na compreensão do território.

A desterritorialização (virtual e não política) está intimamente ligada ao processo de modernidade e globalização, ao período técnico-científico informacional (SANTOS, 1994). Saquet (2007) destaca a formação das redes de circulação e de comunicação como contribuição para o controle do espaço pois elas “agem como elementos mediadores da reprodução do poder da classe hegemônica e ligam o singular ao universal (e vice-versa), interferindo diretamente na territorialidade dos indivíduos e das classes sociais” (p.129).

Essa desterritorialização (virtual) possui suas bases no discurso da(s) mobilidade(es), tanto material quanto imaterial, “especialmente aquela diretamente ligada aos fenômenos da compressão tempo-espaço, propagada pela informatização através do chamado *ciberespaço*” (HAESBAERT, 2006, p. 236). Este autor propõe uma interpretação do território como um híbrido entre materialidade e imaterialidade, funcionalidade e expressividade, explicando que há sempre um processo de territorialização e desterritorialização.

Também se elenca que há diferentes perspectivas de territórios e a isto Haesbaert chama de multiterritorialidade:

Multiterritorialidade (ou multiterritorialização se, de forma mais coerente, quisermos enfatizá-la enquanto ação ou processo) implica assim a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma “mobilidade concreta”, no sentido de um deslocamento físico, quanto “virtual”, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico, como nas novas experiências espaço-temporais proporcionadas através do *ciberespaço*. (HAESBAERT, 2006, p. 341)

Não se trata apenas de uma transformação meramente quantitativa mas, sim, de “mais alternativas territoriais, maior facilidade de acesso, maior velocidade de mudança” (HAESBAERT, 2006, p. 345). Devido a novas articulações territoriais, embasadas no *ciberespaço*, surgem os “territórios-rede flexíveis, onde o mais importante é ter acesso aos pontos de conexão que permitem “jogar” com a multiplicidade de territórios existentes, criando assim uma nova territorialidade” (HAESBAERT, p. 345) e, também, constituindo-se em constantes desterritorializações e reterritorializações.

Também, podem ocorrer desterritorializações no âmbito do *Ciberespaço*. Para Haesbaert (2006), um dos principais teóricos sobre a desterritorialização no *ciberespaço* é Lévy (1999, p. 94), o qual conceitua *ciberespaço* como sendo “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores”, sendo o virtual a marca desse *ciberespaço*.

A comunicação e a organização virtual transcende fronteiras, é global. Difunde-se através do poder integrado nas redes globais (CASTELLS, 1999) através da internet⁶. “Territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2006, p. 280). Se pode pensar, inclusive, em um *Ciberterritório*, sendo este

O espaço, não-físico, de interação social, assim como no território físico, porém, mediado pelas redes e conexões no *ciberespaço*, onde se inserem os diálogos, as mobilizações, as ações e os conflitos inerentes de uma sociedade, não descartando que transformações sociais possam ocorrer em decorrência destas interações. (STALOCH e REIS, 2016, p. 48)

Conforme Lévy (1999, p. 94), o *ciberespaço* é “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores”, sendo o virtual a marca desse “universo oceânico de informações” (p. 17). Esse *ciberespaço* está pautado na virtualização, que

⁶ A internet pode contribuir para a interação social *on-line* e *off-line* de forma muito significativa. Por mais que existam céuticos com relação a utilização da internet para a mediação das relações, pesquisas mostram que os usuários conectados conversam muito mais por outros meios, inclusive, por telefone, do que pessoas que não estão conectadas à rede. Sendo assim, a questão colocada de que a internet [diga-se também, as relações no *ciberespaço*] acaba colocando os sujeitos em isolamento social se desfaz (KATZ *et al.*, 2001).

não é uma desrealização, o que aumenta os graus de liberdade. A virtualização pode ser encarada como um sinônimo de desterritorialização quando “o *ciberespaço* encoraja um estilo de relacionamento quase independente dos lugares geográficos [...] e da coincidência dos tempos” (LÉVY, 1999, p. 51).

Surgem novas territorializações embasadas na organização em rede, descritas por Castells (1999), as quais têm como características a mobilidade ou o movimento. As territorialidades, assim como as tecnologias são multidimensionais. As tecnologias, principalmente a estruturação de comunicações via internet, começam a tomar forma nos anos de 1960, emergindo um novo paradigma tecnológico, o da comunicação *on-line*. Para Castells (1999), a tecnologia não define a sociedade, ela é a sociedade, inclusive, possibilitando relações de poder.

É importante ressaltar que o conceito de redes não é uma exclusividade do universo tecnológico. Não se constituem apenas devido às tecnologias da informação e comunicação (TICs). São formas muito antigas de práticas humanas. As pessoas estão inseridas na sociedade através de relações que constroem ao longo de suas vidas, primeiro no âmbito familiar, escolar, depois no trabalho, e, assim, a própria natureza humana conduz a uma estrutura de organização em rede. Watts (2009, p. 11) conceitua rede como sendo “um conjunto de objetos conectados entre si de certo modo”. Quando se fala em rede, podemos falar tanto de uma grande empresa, de roteadores na internet ou até de neurônios, porém, todas estas possuem formas distintas umas das outras.

Os organismos vivos são uma rede, desde o corpo até a relação com os demais seres e com a própria natureza. O padrão de rede é um dos padrões de organização mais básico dos sistemas vivos (CAPRA, 1996; 2001). Em todos os níveis da vida existem redes de conexões, de interligação, desde o sistema metabólico do corpo até as teias alimentares dos ecossistemas. O autor chama a atenção para o fato de que os componentes e os sistemas vivos se interligam sob a forma de rede.

Embora a metáfora descrita por Capra (1996) possa ajudar na compreensão da estrutura em rede, não podemos transportá-la para o domínio social sem antes considerar as características que a definem. Para entender o sistema metabólico do corpo humano é preciso, antes de tudo, entender que é um padrão não-linear de organização. É preciso entender de biologia molecular e de bioquímica para compreender a natureza das conexões e suas funções dentro do sistema.

Assim também se deve fazer para analisar uma rede social que, por sua vez, é um sistema não-linear de organização. Os nós e as conexões dessas redes, diferentemente da rede molecular, não são dadas a partir de elementos bioquímicos mas, sim, de elementos sociais, envolvendo a história, a cultura, a linguagem, a comunicação, fenômenos, entre outros. As redes sociais são dadas por conexões, diretas e indiretas, que ligam uma pessoa ou grupo a outras pessoas ou grupos, podendo ser constituídas de forma direta quando incluem pessoas que você conhece (amigos) e, indireta quando são formadas por relações de “segundo grau” (amigos de amigos).

Para Elias (1994), a sociedade é formada por uma porção de pessoas juntas. Porém, cada qual em seu contexto. Uma porção de pessoas juntas na China não constituirá uma mesma sociedade do que uma porção de pessoas juntas no Brasil, por exemplo, pois são contextos diferentes e

[...] cada pessoa singular está realmente presa; está por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que as prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as

pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e a nada mais, que chamamos “sociedade”. (ELIAS, 1994, p. 21)

Na cultura contemporânea, a organização desta sociedade está pautada em torno de novos padrões em rede, no *ciberespaço*, pois são constituídas através de meios de comunicação, como, por exemplo, nas redes sociais virtuais (RSVs). Como redes sempre remetem a agrupamentos, a coletivos com uma dinâmica desenvolvida para que ocorra sempre a interação entre os atores, as tecnologias digitais ocupam um papel central nas profundas mudanças experimentadas em todos os aspectos da vida social, constituindo novos paradigmas (RECUERO, 2011).

As relações sociais contemporâneas estão se modificando devido à utilização destas tecnologias, principalmente da internet na composição de redes de comunicação e interação, as chamadas redes sociais (RECUERO, 2011). De acordo com Castells (1999), as tecnologias da informação e comunicação são sensíveis aos usos sociais. A tecnologia é condição necessária, mas não somente, para a emergência de uma organização social baseada em redes, nós, conexões. É necessária a adaptação e a vivência dos agentes (indivíduos) nessa nova forma de organização⁷.

A difusão da internet, então, significa que os dados podem ser processados de forma muito rápida em quase qualquer parte do mundo, não existindo a proximidade física entre os indivíduos envolvidos ou conectados, surgindo assim o *ciberespaço*.

Presume-se que a partir da consolidação e difusão da internet, as relações sociais passaram a ser organizadas não mais delimitadas somente a um espaço físico ou geográfico, mas também, essas relações passaram a ocorrer independentes de tempo e espaço, como ocorre nas RSVs após os anos 2000 (RECUERO, 2011). A autora diz que na internet os dados podem ser processados de forma muito rápida em quase qualquer parte do mundo, não existindo a necessidade de proximidade física entre os indivíduos envolvidos ou conectados. O *ciberespaço*: “o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores” (LEVY, 1999, p. 17).

Essa interconexão mundial de computadores, designada *ciberespaço*, remodela a sociedade pois causa um impacto social e cultural muito forte, tanto positivamente, quanto negativamente principalmente na discussão sobre o poder, como aborda Lévy (1999). A revolução da tecnologia está remodelando a base material da sociedade, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade onde “as redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela” (CASTELLS, 1999, p. 22).

Pode-se, inclusive, dizer que há uma relação híbrida entre as relações nos lugares físicos e no *ciberespaço*. Nesse sentido, há uma interpenetração entre o *on-line* e o *off-line*, conforme descrevem Antoun e Malini (2013). O *ciberespaço* fez com que a rua e a rede se interpenetrassem, surgindo uma política colaborativa e em tempo real. Para o autor, o *ciberespaço* é um ambiente virtual comunitário e participativo de grupos de discussão. Em seu livro “A Internet e a rua” Antoun e Malini (2013) destacam, com base nos protestos ocorridos no Brasil e no mundo, a hipótese de que a rua e a rede se interpenetram. Fazendo surgir uma relação direta e em tempo real. No caso de movimentos sociais, a interpenetração ocorre de uma forma tão simbiótica que a rua e a rede parecem uma só.

⁷ Não se pode esquecer que a base da sociedade no capitalismo continua alicerçada em classes sociais, nas lutas de classes, assim como descreveram Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista em 1848 (MARX, 2012). No atual cenário, com uso das TICs, há por sua vez transformações nas inter-relações pessoais no ciberespaço. O desafio é quebrar o agrupamento, nas relações virtuais das distintas classes sociais.

Desta forma, a internet foi apropriada por se tornar um espaço constante de tensão de diferentes movimentos e poderes, culminando em uma mobilização global político-afetiva nas ruas e nas redes (ANTOON e MALINI, 2013), como pode ser observado nos movimentos da Primavera Árabe, *Occupy Wall Street*, 15M na Espanha e nas mobilizações no Brasil em junho de 2013. Estas manifestações foram desencadeadas de forma *on-line*, mais precisamente através de redes sociais virtuais e também interpenetradas com as ruas (STALLOCH e REIS, 2016).

A emergência da internet como meio de comunicação fez com que ocorresse uma nova interpretação, como auge de um processo histórico de desvinculação entre localidade e sociabilidade na formação da comunidade: “novos padrões, seletivos, de relações substituem as formas de interação humanas territorialmente limitadas” (CASTELLS, 2003, p. 98).

A internet “é uma extensão da vida como ela é, em todas as suas dimensões e sob todas as suas modalidades” (CASTELLS, 2003, p. 100). As redes que se formam no *ciberespaço* são constituídas através da comunicação, pela linguagem simbólica, por relações construídas espaço-temporalmente. Não seria possível compreender a interação social no *ciberespaço* para a constituição e/ou debate sobre planejamento territorial (regional e urbano) participativo? Tendo em vista que, por exemplo, as RSVs possuem como atributos: capacidade de constituir comunicação horizontalizada; os indivíduos podem se organizar de forma autônoma; possibilitam múltiplas conexões e são potencializadoras, pois assumem papel potencializador em ações desempenhadas pelos indivíduos.

A seguir, correlaciona-se o conceito de *ciberespaço* com as novas relações sociais nele construídas e a partir das quais se pode pensar na organização de redes para o planejamento territorial participativo. Trata-se de um esboço sobre as interações no *ciberespaço* como forma de alcançar a participação no planejamento territorial.

Perspectiva de Planejamento Territorial Participativo no Contexto do *Ciberespaço*

A organização espacial, da localização dos fixos/fluxos ou dos objetos/ações ou das formas/funções, interfere no processo de desenvolvimento na medida em que o próprio espaço se apresenta como acumulação e materialização de trabalho e capital na superfície terrestre, agindo como um campo de força, de atração ou repulsão, cuja propulsão é a realidade econômica e social ao longo do tempo (SANTOS, 1978).

O desenvolvimento é um dos principais objetivos do planejamento territorial – nas escalas regional e urbana – e, dentre as várias concepções de desenvolvimento, concordamos com o que Coimbra, citado por Aguiar (1997, p. 8), elenca:

Processo contínuo e progressivo, gerado na comunidade e por ela assumido, que leva as populações a um crescimento global e harmonizado de todos os setores da sociedade, através do aproveitamento de seus diferentes valores e potencialidades, de modo a produzir e distribuir os bens e os serviços necessários para a satisfação das necessidades individuais e coletivas do ser humano, por meio de um aprimoramento técnico e cultural, e com o menor impacto ambiental possível.

Assim, a finalidade primária do planejamento e gestão territorial, conforme Mafra e Silva (2004, p. 8), resume-se ao “ordenamento territorial, significando esta expressão a análise da distribuição dos locais destinados à habitação e às actividades produtivas e outras num dado espaço, bem como das formas de utilização pelos diversos agentes envolvidos”. Por sua vez, ainda lembram os

autores, o planejamento territorial é entendido como “uma estrutura analítica e estratégica, na sua essência um conjunto coerente de políticas que estabelecem ou modificam o ordenamento territorial” (MAFRA e SILVA, 2004, p. 9).

Executar o planejamento territorial, portanto, “é definir o melhor modo de ocupar o sítio de um município ou região, prever os pontos onde se localizarão atividades e todos os usos do espaço, presentes e futuros” (Ministério das Cidades, 2004, p. 14). Por meio do planejamento territorial:

Pode-se converter a cidade em benefício para todos; podem-se democratizar as oportunidades para todos os moradores; podem-se garantir condições satisfatórias para financiar o desenvolvimento municipal; e podem-se democratizar as condições para usar os recursos disponíveis, de forma democrática e sustentável (Ministério das Cidades, 2004, p. 14).

De acordo com Saquet (2011, p.105), “a práxis de desenvolvimento territorial não pode ser burocrática e centralizada, direcionada *por* e *para* poucos, político-partidária e subordinante”. Uma das formas de integrar cada vez mais os indivíduos nos processos decisórios acerca do planejamento não estaria no *ciberespaço*?

Segundo o Ministério das Cidades (2004, p. 13), “todos os cidadãos estão habilitados a participar do planejamento de sua cidade e podem intervir na realidade de seu município”. Portanto, o planejamento regional e urbano precisa ser construído com base em princípios como:

Participação, solidariedade e cooperação, reconhecendo as diferenças, as identidades, as necessidades das pessoas, os anseios, os sonhos, enfim, a heterogeneidade dos tempos, dos territórios, das temporalidades, das territorialidades e a conquista de autonomia no processo decisório. (SAQUET, 2011, p. 105)

Saquet relata ainda que é fundamental a integração entre os pesquisadores, formadores em diferentes níveis acadêmicos e cidadãos, em projetos, programas e planos de desenvolvimento. Desta forma, não seria o *ciberespaço* um excelente meio de integração? De forma rápida, autome-diada e horizontalizada?

Atualmente, há a constituição de relações sociais entre os indivíduos, mesmo estando em territórios físicos distantes, de forma horizontalizada, autônoma e autome-diada. Segundo Labadessa (2012, p. 84) “os vínculos cibernéticos colaboram para que as pessoas, que antes teriam vidas sociais mais limitadas, tenham contatos mais diversificados pelas redes”, tornando as territorialidades não mais limitadas fisicamente e, sim, expandidas ao *ciberespaço* que por sua vez, é um agente de libertação.

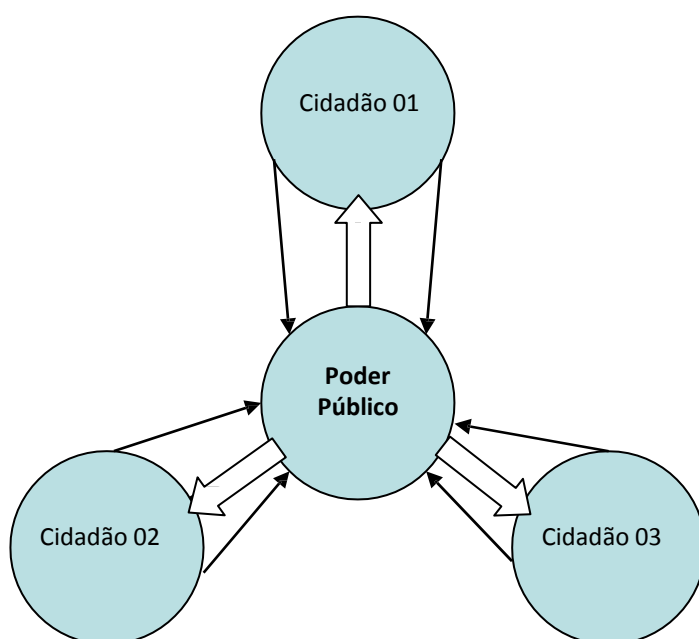
Essa interação social no *ciberespaço* pode se dar de forma síncrona ou assíncrona. Síncrona quando simula uma interação em tempo real, como nos canais de *chat* ou, mesmo, nos bate-papos das redes sociais virtuais. São interações em que ambos os sujeitos estão presentes, no mesmo momento em uma mesma conexão (RECUERO, 2011). Já as interações assíncronas, são aquelas que permanecem mesmo quando os sujeitos estão desconectados do *ciberespaço*, por exemplo, o e-mail e os fóruns, onde a expectativa de resposta não é imediata (RECUERO, 2011).

Uma rede social é sempre um conjunto de atores e suas relações, no *ciberespaço*, no âmbito dos indivíduos possibilita novas combinações de emprego e trabalho autônomo, expressão individual, cooperação e sociabilidade e, para os ativistas políticos, ela tornará possível que redes de indivíduos se combinem e cooperem para disseminar sua mensagem no mundo, conforme pontua Castells (2013).

Nesse *ciberespaço* os cidadãos são encorajados a se relacionarem uns com os outros independentemente da localização geográfica em que estão. Assim, é a estrutura organizacional que igualmente define essa era (CASTELLS, 1999): a organização virtual e em rede, dadas através das tecnologias da informação e comunicação, revolucionando a maneira como os indivíduos interagem, como se mobilizam e como podem constituir territorialidades.

Pensando nestas correlações, por que o poder público, na escala regional e urbana, não utiliza destas novas formas de interação (por exemplo, via aplicativos de celular ou mesmo RSVs⁸) para direcionar suas políticas, planos, programas e projetos (PPPP) de acordo com as demandas (e realidades) dos seus cidadãos? Não seria uma forma de integração/participação mais horizontalizada?

Figura 1 – Relação entre poder público e cidadãos via ciberespaço



O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2016, para Prefeituras, disponibilizou um aplicativo intitulado “pardal”⁹ permitindo que os cidadãos pudessem realizar denúncias sobre irregularidades cometidas por candidatos e partidos. Além disto, disponibilizou outros aplicativos que permitiram aos cidadãos consultar dados sobre os candidatos¹⁰ (TSE, 2016).

Pensando em Planejamento Territorial e que a gestão do território acontece em diferentes níveis, nacional, regional e local, enfatizando neste processo em curso da tese, a discussão no que versa o

⁸ Recuero (2011) propõe-se a pensar nessas redes e reconhece-as como agrupamentos complexos instituídos por interações sociais, apoiadas em tecnologias digitais, para pensar os aspectos individuais, coletivos e tecnológicos dos agrupamentos humanos na rede de internet, em um denominado *Ciberespaço*, a partir dos chamados Sites de Redes Sociais.

⁹ Download grátis nas lojas de aplicativos para Android e iOS.

¹⁰ Ver site do TSE: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2016/aplicativos-justica-eleitoral> Acesso em 19/08/2016.

Planejamento Territorial regional/local. Destaca-se que no âmbito regional/local é prioritária a participação da população e do saber local na formulação e execução de políticas, planos, programas e projetos (PPPP), unindo governança territorial e um processo contínuo de monitoramento e planejamento territorial (Ministério da Integração Nacional, 2006).

Sendo assim, no aplicativo sugerido neste trabalho, além de verificar a situação dos PPPP já implementados, os cidadãos, via *ciberespaço*, poderiam fazer suas demandas ao poder público sem a necessidade de um processo burocratizado e demorado para as solicitações, tendo o retorno de forma mais direcionada, através de um processo de interpenetração, termo adaptado do usado por Antoun e Malini (2013).

Como área de estudo piloto para a aplicação deste propósito – Planejamento Territorial/participação/ciberespaço – selecionou-se a região do Alto Vale do Itajaí em Santa Catarina. Quanto aos procedimentos metodológicos da pesquisa em curso, trata-se de uma pesquisa aplicada, qualitativa, com uso da técnica de pesquisa-ação pois é necessário o contato direto com a população e os poderes públicos locais para a execução do aplicativo. Inclusive, uma das etapas da pesquisa propõe uma série de oficinas junto à população, bem como o poder público, para qualificá-los no que tange aos usos das TICs, sobretudo, da viabilidade do uso do aplicativo no processo de Planejamento Territorial, na escala regional e urbana.

NOTAS FINAIS

No percurso deste texto não se teve como objetivo esgotar os diálogos sobre o assunto, muito pelo contrário. O intuito é abrir horizontes para novas discussões que possam contribuir para o entendimento das dinâmicas sociais recentes desenhadas no âmbito do *ciberespaço*. Entre os temas que desafiam novas investigações inclui-se a proposição das relações estabelecidas, atualmente, no espaço virtual – *ciberespaço* – aplicáveis ao planejamento territorial na forma de participação.

É importante destacar também, que para que a presente proposta possa ser concretizada e de fato aplicada, os cidadãos precisam ter acesso à Internet. De acordo com Silva (2015), há um crescimento nas duas últimas décadas no número de residências com acesso à Internet. Em 2015 havia cerca de 49% da população brasileira com acesso em suas residências. Porém, comparando com países como Noruega e Dinamarca que possuem 95,05% e 94,63%, respectivamente, de famílias com acesso à internet, o Brasil ainda precisa avançar em suas políticas públicas de inclusão digital.

Importantes passos foram dados no que tange à universalização do acesso à Internet no Brasil. Em 2010 foi aprovado o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e em 2014 o Marco Civil da Internet (BRASIL, 2014), que afirmam a importância do acesso de todos os cidadãos à Internet. Porém, muitas das metas estipuladas pelo PNBL até 2014, como por exemplo, que 4.278 municípios brasileiros teriam acesso à Internet por fibra ótica, não foram cumpridas. Silva (2015) coloca que são três os principais obstáculos que impedem a universalização do acesso à Internet: 1) obstáculos infraestruturais; 2) obstáculos regulatórios; e 3) obstáculos econômicos. Mas, o autor apresenta que, no atual cenário, “é provável que continuemos avançando ainda que de forma precária e, quiçá, chegaremos à universalização do serviço um dia” (SILVA, 2015,, p. 170).

Como a proposta de tese aqui apresentada é a criação de um aplicativo para o Planejamento Territorial Participativo, o acesso à Internet é um fator determinante neste contexto. A aplicação prática da tese pode ir além da criação do aplicativo e do seu uso, mas também, poderá contribuir para que os poderes públicos possam enxergar as potencialidades desta organização em rede, no *Ciberespaço*, e motivem-se a subsidiar e propor políticas públicas que visem a expansão de forma rápida e constante do acesso à Internet, sobretudo, possibilitando condições infraestruturais para uma boa velocidade de conexão, pois, conforme dados apresentados por Silva (2015), a velocidade de conexão no Brasil, ainda é baixa.

Pensar em Planejamento territorial é pensar de forma complexa e mais, é pensar em vias para a reforma da humanidade, assim como aponta Morin (2013)¹¹. O autor coloca que através do pensamento complexo, “cada reforma seria nutridora de todas as outras, que, por sua vez, a nutrirão. Existe uma relação em circuito virtuoso entre todas essas reformas que dependeriam umas das outras e se estimulariam entre si” (p. 382). Assim, pensando em Planejamento territorial, o intuito desta discussão é lançar uma proposta para alçar os novos caminhos da participação dos cidadãos no processo do planejamento territorial. Por que não se pensar em novas metodologias para um planejamento territorial participativo via *ciberespaço*? Afinal, pode-se ter uma potencial ferramenta de organização, comunicação e mediação para o processo de desenvolvimento regional e urbano.

¹¹ As reformas para “a vida para o futuro da humanidade”, de acordo com Morin (2013) são: i) as políticas da humanidade; ii) reformas do pensamento e da educação; iii) reformas da sociedade e iv) reformas de vida.

REFERÊNCIAS

- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MAFRA, F.; SILVA, J. A. **Planeamento e Gestão do Território**. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação, 2004.
- MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilizações nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MAMIGONIAN, A. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 28, p.152-157, jul./dez. 1999.
- MARX, K. 1818-1883. **Manifesto do partido comunista / Karl Marx e Friedrich Engels**; Tradução Antonio Calos Braga. São Paulo: Lafonte, 2012.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Diretor Participativo** – Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades e CONFEA, 2004.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Documento base para a definição de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT**. Brasília, 2006.
- MORIN, E. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- PNBL – Plano Nacional de Banda Larga. **Brasil Conectado**. Brasília: Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital, 2010.
- PNUD - Programa das Nações Unidas. **IDH**. 2010. Disponível em:< <http://www.undp.org>>. Acesso em out. de 2016.
- SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011 [1986].
- SAQUET, M. A. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. RANGEL, I. M. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. n. 54. São Paulo: AGB/FFLCH-USP, 1977.
- _____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. **Técnica, espaço, tempo** – globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002 [1996].

- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. SILVA, S. P. da. Políticas de acesso à Internet no Brasil: indicadores, características e obstáculos. In: **Internet e Cultura**. Cadernos Adenauer XVI (2015), nº. 3. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2015.
- SPI - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento**: Volume III – Regiões de Referência. Brasília: MP, 2008.
- STALOCH, R.; REIS, C. A mediação das relações sociais nas redes sociais virtuais. In: **Communication Studies**. n. 20, p. 31-52, dez. 2015.
- STALOCH, R; REIS, C. O princípio da Teoria da Agência em movimentos ciberativistas. **Vozes e Diálogo**, [S.l.], v. 14, n. 02, fev. 2016.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. 2016. **Aplicativos Justiça Eleitoral**. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2016/aplicativos-justica-eleitoral>> Acesso em 19 de ago. de 2016.
- WARREN, I. S. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.
- WATTS, D. J. **Seis graus de separação**: a evolução da ciência de redes em uma era conectada. São Paulo: Leopardo, 2009.